

Relatório de Administração

Senhores Associados,
Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2019 da Cooperativa de Crédito Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul Litorâneo em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2019, o Sicoob Sul Litorâneo completou 30 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nossa Desempenho

2.1) Resultado

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2018	Variação
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Dividida	26.477	23.722	11,61
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Dividida	7.618	5.240	45,38
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.662	1.574	132,66
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	14.313	10.486	36,50
Receitas com Ato Não Cooperativo	5.130	2.487	106,27
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	25.826	23.541	9,71
Despesas Tributárias	788	622	26,69
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	1.951	3.185	(38,74)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	12.878	11.406	12,91
Juros ao Capital	3.046	2.881	5,73
Sobras Brutas do Exercício	20.358	18.434	10,44

Contribuíram para compor a Sobra do exercício de 2019:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas: que obtiveram um aumento de 36,50%, o resultado da intermediação financeira aumentou 11,61% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 106,27% em relação ao mesmo período de 2018.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal, administrativas e outras operacionais, em relação ao mesmo período de 2018, foi de 9,71%.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 55,42%. 10,88% maior comparado com o exercício de 2018.

A sobra bruta em 31/12/2019 da Cooperativa cresceu 10,44% se comparado com o mesmo exercício de 2018.

2.2) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2018	Variação
Balanço Patrimonial			
Ativos Totais	411.728	372.515	10,53
Centralização Financeira	218.823	196.307	11,47
Carteira de Crédito	178.566	168.428	6,02
Depósitos	276.425	255.575	8,16
Patrimônio Líquido	103.180	86.275	19,59
Patrimônio de Referência (PR)	94.085	78.498	19,86

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2019:

O total de ativos atingiu R\$ 411.728 mil ao final do exercício de 2019, com crescimento de 10,53% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 31/12/2019 o saldo de R\$ 218.823 mil, tendo assim, um crescimento com relação ao mesmo período em 2018 de 11,47%.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 178.566 mil, com crescimento de 6,02% em relação a 31 de dezembro de 2018.

Os depósitos obtiveram um aumento de 8,16% considerando o mesmo período de 2018, atingindo no final do exercício de 2019 o montante de R\$ 276.425mil.

O patrimônio líquido cresceu 19,59% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 103.180 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

	31/12/2019		31/12/2018		Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	
Crédito Rural	11.969	862	12.831	12.781	890	13.671 (840) (6,14%)
Crédito Comercial	33.481	124.856	158.337	32.782	115.390	148.172 10.165 6,86%
Conta Corrente	2.969	4.428	7.397	2.869	3.716	6.585 812 12,33%
Total	48.419	130.146	178.565	48.432	119.996	168.428 10.137 6,02%

3) Pessoas

Contávamos com 93 colaboradores no final do exercício de 2019. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 9.504 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No final de dezembro de 2019, houve uma concentração de 84,26% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regulamentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de

todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2019, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 38 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessa demanda, 16 foram classificadas procedentes, todas as demais foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Alfredo Chaves – ES, 27 de janeiro de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanço Patrimonial (em 31/12/2019 e de 2018 - em milhares de R\$)

A T I V O	Nota	31/12/2019	31/12/2018	
		337.836	304.445	
Circulante				
Disponibilidades	3. (u)	3.963	2.029	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	1.388	-	
Aplicações em Dépósito Interfinanceiro		1.388	-	
Títulos e Valores Mobiliários	4.2	47	403	
Carteira Própria		47	403	
Relações Interfinanceiras	5	218.823	196.307	
Centralização Financeira - Cooperativas	3. (u)	218.823	196.307	
Operações de Crédito	6	109.652	99.534	
Emprestimos e Títulos Descontados		110.250	97.515	
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		8.110	9.291	
(-) Provisão para Operações de Crédito	6. (e)	(8.708)	(7.272)	
Outros Créditos	7	2.632	2.431	
Crédito por Avais e Finanças Honradas	7. (i)	1.138	767	
Rendas a Receber		1.285	1.314	
Diversos		1.042	908	
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq Dividosa	7. (b)	(833)	(558)	
Outros Valores e Bens	8	1.331	3.741	
Outros Valores e Bens	8. (I)	3.191	3.506	
(-) Provisão para Desvalorizações	8. (II)	(2.245)	(80)	
Despesas Antecipadas	8. (III)	385	315	
Não Circulante		73.892	68.070	
Realizável a Longo Prazo		58.207	56.173	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	1.670	-	
Aplicações em Dépósito Interfinanceiro		1.670	-	
Títulos e Valores Mobiliários	4.2	-	188	
Carteira Própria		-	188	
Operações de Crédito	6	55.457	54.936	
Emprestimos e Títulos Descontados		55.484	57.242	
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		4.721	4.380	
(-) Provisão para Operações de Crédito	6. (e)	(4.748)	(6.686)	
Outros Créditos	7. (a)	1.080	1.049	
Diversos		31	1.080	
Permanente		15.685	11.897	
Investimentos	9	13.525	10.231	
Participação em Cooperativa Central de Crédito		7.812	5.252	
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		5.713	4.979	
Imobilizado de Uso	10	2.131	1.600	
Outras Imobilizações de Uso		5.976	4.904	
(-) Depreciações Acumuladas		(3.845)	(3.304)	
Intangível	10.1	29	66	
Ativos Intangíveis		372	358	
(-) Amortização Acumulada		(343)	(292)	
TOTAL		411.728	372.515	
P A S S I V O				
Circulante	Nota	31/12/2019	31/12/2018	
Depósitos	11	302.717	276.557	
Depósito à Vista		79.026	63.510	
Depósito Sob Aviso		1.446	1.469	
Depósito a Prazo		195.953	190.596	
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	11.1	2.116	218	
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		2.116	218	
Relações Interfinanceiras	12	8.163	8.134	
Repasses Interfinanceiros		8.154	8.134	
Correspondentes	12.3	9	-	
Relações Interdependências	13	2.162	1.417	
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.162	1.417	
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	12.1	5.212	2.174	
Empréstimo no País - Outras Instituições		5.212	2.174	
Outras Obrigações	14	8.639	9.039	
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	14.1	62	43	
Sociais e Estatutárias	14.2	3.783	4.167	
Fiscais e Previdenciárias	14.3	526	443	
Diversas	14.4	4.268	4.386	
Não Circulante		5.831	9.683	
Exigível a Longo Prazo	</td			

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
(em 31/12/2019 e de 2018 - em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º S 2019	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exerc. Antes da Trib. e Participações	11.602	21.387	19.396
IRPJ / CSLL	(57)	(57)	-
Participações nos Resultados de Empregados	(492)	(972)	(962)
Depreciações e Amortizações	299	593	560
Provisão de Juros ao Capital	(1.515)	(3.046)	(2.881)
Provisão para perda com operações de crédito	5.064	7.618	5.240
Result. de participação de colig. e cont.s e Dist. de Sobras	-	(722)	(549)
Juros ao Capital recebido do Sicoob Central ES	(39)	(39)	(28)
Result. das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	-	1	3
	14.862	24.763	20.779
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Líquidez	(3.058)	(3.058)	-
Títulos e Valores Mobiliários	219	544	804
Relações Interfinanceiras	3	-	-
Operações de Crédito	(19.056)	(18.257)	(22.102)
Outros Créditos	379	(232)	(414)
Outros Valores e Bens	581	2.411	(3.563)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	13.677	15.516	20.314
Depósitos sob Aviso	(64)	(24)	25
Depósitos a Prazo	(12.991)	5.357	24.005
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	(733)	(1.115)	2.962
Outras Obrigações	(1.531)	(398)	930
Relações Interfinanceiras	46	(812)	808
Obrigações por Empréstimos e Repasses	163	3.037	-
Relações Interdependências	2.156	746	(11)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(5.347)	28.478	44.537
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos	-	722	549
Juros ao Capital recebido do Sicoob Central ES	39	39	28
Aplicação no Intangível	-	(12)	(31)
Inversões em Imobilizado de Uso	(720)	(1.076)	(187)
Inversões em Investimentos	(316)	(3.294)	(1.404)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(997)	(3.621)	(1.045)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.591	2.707	2.863
Devolução de Capital à Cooperados	(2.698)	(4.369)	(3.111)
Cancelamento de Capital (-)	(50)	(98)	(85)
Dest. de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(45)	(26)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(100)	(100)	(341)
FATES Sobras Exercício	(861)	(861)	(761)
Juros ao Capital a Pagar Ex-associados	(88)	(88)	(65)
Subscrição do Juros ao Capital	3.046	3.046	2.881
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(580)	(580)	(552)
IRRF sobre Juros ao Capital	(19)	(19)	(20)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	241	(407)	783
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades Líquida	(6.103)	24.450	44.275
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	228.889	198.336	154.061
No Fim do Período - nota 3.(u)	222.786	222.786	198.336
Variação Líquida das Disponibilidades	(6.103)	24.450	44.275

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas (em 31/12/2019 e de 2018 - em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL-LITORÂNEO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 28 de outubro de 1989, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Créditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL-LITORÂNEO possui 10 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: ALCHEDO CHAVES-ES, IICONHA - ES, PIÚMA - ES, GUARAPARI - ES, ANCHIETA - ES, ITAPE-MIRIM - ES, VIANA - ES.

O SICOOB SUL-LITORÂNEO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings avaliou em 2019 pela primeira vez a classificação de risco da Cooperativa, atribuindo no curto prazo a nota F1(brा), que indica a mais forte capacidade de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Este rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo, segundo a escala de Rating Nacional da Fitch.

No longo prazo a classificação obtida foi A+(bra), que denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Este rating representa uma qualidade de crédito alta de longo prazo, segundo a escala de Rating Nacional da Fitch.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27/01/2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

3. Resumo das principais práticas contábeis
a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da

Notas Explicativas (em 31/12/2019 e de 2018 - em milhares de R\$)

prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta líquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas apropriadas referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no *caput* do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no *caput* do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

u) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão consituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	3.963	2.029
Relações interfinanceiras - centralização financeira	218.823	196.307
TOTAL	222.786	198.336

4. Aplicações Interfinanceiras de Líquidez

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Curto Prazo	1.388	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Longo Prazo	1.670	-
TOTAL	3.058	-

Aplicação de garantia junto ao Bancoob para concessão de financiamentos rurais a cooperados.

4.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Líquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2019 no montante de R\$ 15 mil com título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Líquidez".

4.2 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Título De Renda Fixa - Circulante	47	403
Título De Renda Fixa - Não Circulante	-	188
TOTAL	47	591

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

4.3

Notas Explicativas (em 31/12/2019 e de 2018 - em milhares de R\$)

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	13.958	12.815
Constituições	7.343	4.955
Transferência para prejuízo	(7.845)	(3.812)
TOTAL	13.456	13.958

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	7.938	4%	7.049	4,00%
10 Maiores Devedores	36.717	18%	37.262	22,00%
50 Maiores Devedores	69.432	34%	67.376	40,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	19.351	17.175
Valor das operações transferidas no período	7.845	3.812
Valor das operações recuperadas no período	(3.662)	(1.574)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(103)	(62)
TOTAL	23.431	19.351

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.337	865
Rendas de Empréstimos	25.545	25.000
Rendas de Direitos Creditoriais Descontados	4.653	5.041
Rendas de Financiamentos	3.475	2.813
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. c/ Recur. Livres	147	21
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. c/ Recur. Dir. à vista (obrig.)	236	386
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. c/ Recur. Dir. da Poup. Rural	220	310
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. c/ Recur. Dir. LCA	94	19
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.662	1.574
TOTAL	39.369	36.029

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

i) Reversão/Provisão para Operações de Créditos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Prov. para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(15.854)	(6.237)
Revers. de prov. para oper. de crédito de líquid. duvidosa (PDD)	9.287	1.666
Provisões para outros créditos liquidação duvidosa	(1.148)	(669)
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	97	-
TOTAL	(7.618)	(5.240)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída sobre o valor contábil das operações créditos conforme critérios de risco e contábeis determinados na resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Avalias e Fianças Honrados (I)	1.138	767
Rendas a Receber	1.285	1.314
Serviços de convênios a receber	345	264
Renda da Centralização Financeira a receber	837	944
Outras Rendas a Receber	103	106
Diversos	2.122	1.957
Adiantamento e Antecipações salariais	9	27
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	3	16
Devedores por Compra de Valores e Bens (I)	42	-
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	1.080	1.049
Impostos e Contribuições a Compensar	341	290
Pagamentos a Ressarcir	322	242
Títulos e Crédito a Receber	298	277
Devedores Diversos - País	27	56
(-) Provisões para Outros Créditos (I)(b)	(833)	(558)
TOTAL	3.712	3.480

(I) Nível de risco Ávalias e Fianças Honrados e Devedores por Compra de Valores e Bens

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avalias e Fianças Honr.	Dev. por Compra de Vlrs. e Bens	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
B 1% Normal	-	42	42	-	-	-
E 30% Normal	91	-	91	(27)	99	(30)
E 30% Vencidas	213	-	213	(65)	87	(26)
F 50% Normal	22	-	22	(11)	3	(1)
F 50% Vencidas	109	-	109	(54)	130	(66)
G 70% Normal	-	-	-	-	1	-
G 70% Vencidas	90	-	90	(63)	39	(27)
H 100% Normal	23	-	23	(23)	1	(1)
H 100% Vencidas	590	-	590	(590)	407	(407)
Total Normal	136	42	178	(61)	104	(32)
Total Vencidos	1.002	-	1.002	(772)	663	(526)
Total Geral	1.138	42	1.180	(833)	767	(558)
Provisões	(833)	-	(833)	-	(558)	-
Total Líquido	305	42	347	-	209	-

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 169 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 893 mil), Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$ 10 mil) e Outros (R\$ 8 mil). Classificados no ativo Não Circulante e melhor detalhado na nota 31.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (I)	3.185	3.502
Material em Estoque (I)	6	4
(Provisões para Desvalorizações) (II)	(2.245)	(80)
Despesas Antecipadas (III)	385	315
Contrib. Ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob	-	303
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	339	-
Outras Despesas Antecipadas (b)	46	12
TOTAL	1.331	3.741

(I). Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos em diação em pagamento de dívidas, consolidação e adjudicação, não estando sujeitos a depreciação ou correção e material em estoque para uso administrativo;

(II). Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens não de uso próprio conforme determinação do Bacen;

(III). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

(a) Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento

de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização da cooperativa;

b) Registrase ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Part. em Coop. Central de Crédito – Sicoob Central ES (a)	7.812	5.252
Part. Inst. Financ Controlada Coop. de Crédito – Bancoob (b)	5.713	4.979
TOTAL	13.525	10.231

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

12.2 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

As despesas dessas transações resultaram em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com Empréstimos Rotativo – Sicoob Central ES	(219)	(136)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	(3)	(5)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Bancoob	(656)	(690)
TOTAL	(878)	(831)

12.3 Correspondentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as obrigações com Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Correspondentes	9	-
TOTAL	9	-

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança de Terceiro em Trânsito (a)	26	-
Ordens de Pagamento (b)	2.104	1.415
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	32	2
TOTAL	2.162	1.417

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados

14. Outras Obrigações

14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assembleados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Iof	62	42
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	-	1
TOTAL	62	43

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

14.2 Sociais e Estatutárias

Notas Explicativas (em 31/12/2019 e de 2018 - em milhares de R\$)

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB SUL- LITORÂNEO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	54.318	47.831
Associados	22.970	19.010

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva Estatutária

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial do FIS	152	-
Constituição	172	152
(-) Utilização FIS	(98)	-
Saldo Final FIS	226	152
d) Sobras Acumuladas		

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 04 de abril de 2019, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para o aumento do capital social no valor de R\$ 5.888.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	17.312	15.553
Lucro lq. decor. de atos não-coop. apropriado ao FATES	(100)	(341)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	17.212	15.212
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 5%	(9.466)	(8.366)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(861)	(761)
Fundo de Investimento Social - 1%	(172)	(152)
Utilização FIS	98	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	6.811	5.933

17. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período de cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

	31/12/2019	31/12/2018				
Descrição	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas/(Ingressos) Operacionais	81.084	75.954	5.130	62.815	60.328	2.487
Desp.(Dispêndios) Operacionais	(37.757)	(36.626)	(1.131)	(26.154)	(25.423)	(731)
Despesas/(Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(23.878)	(22.116)	(1.762)	(21.137)	(19.693)	(1.444)
Resultado Operacional	19.449	17.212	2.237	15.524	15.212	312
Receita Não Operacional	72	-	72	42	-	42
Despesa Não Operacional	(2.209)	-	(2.209)	(13)	-	(13)
Resultado Não Operacional	(2.137)	-	(2.137)	29	-	29
Resultado do Período	17.312	17.212	100	15.553	15.212	341

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 3.046 mil visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras e Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	2.288	1.969
Rendas transações Intercredis	574	409
Rendas de Cartões	877	77
Rendas de Convênios	211	181
Rendas de Serviços	824	668
Rendas De Tarifas	747	583
Comissão com Venda De Consórcios	638	165
Comissão com Venda De Seguros	1.430	1.210
Rendas Recebidas do Bancob	168	222
Outras Rendas de Prestação de Serviços	273	358
TOTAL	8.030	5.842

20. Rendas (Ingressos) de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	1.392	1.256
Rendas de Serviços Prioritários – PF	665	534
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	20	41
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	4.206	2.813
TOTAL	6.283	4.644

21. Dispêndios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de honorários	(1.413)	(1.376)
Despesas de pessoal - benefícios	(1.292)	(1.228)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(1.929)	(1.842)
Despesas de pessoal - provenientes	(4.744)	(4.382)
Despesas de remuneração de estagiários	(125)	(78)
Despesas De Pessoal - Outros	(1)	(14)
Total	(9.504)	(8.920)

22. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água Energia E Gás	(341)	(288)
Despesas de Alugueis	(1.028)	(927)
Despesas de Comunicações	(410)	(468)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(137)	(147)
Despesas de Material	(172)	(161)
Despesas de Processamento de Dados	(1.826)	(1.526)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(295)	(124)
Despesas de Propaganda E Publicidade	(157)	(267)
Despesas de Publicações	(22)	(11)
Despesas de Seguros	(20)	(14)
Despesas de Serviços Do Sistema Financeiro	(2.845)	(2.344)
Despesas de Serviços De Terceiros	(890)	(716)
Despesas de Serviços De Vigilância E Segurança	(866)	(843)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(792)	(408)
Despesas De Transporte	(552)	(468)
Despesas de Viagem No País	(54)	(60)
Emolumentos Judiciais e Carterias	(115)	(79)
Despesas de Rateio Sicoob Central	(1.759)	(1.587)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(229)	(197)
Outras Despesas Administrativas	(451)	(351)
Despesas de Amortização	(51)	(43)
Despesas de Depreciação	(542)	(517)
Total	(13.554)	(11.546)

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva/
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta Garantida	5,97% a.m	5,97% a.m
Desconto de Cheques	1,16% a.m à 3,50% a.m	1,16% a.m à 3,50% a.m
Empréstimos	0,50% a.m. a 8,20% a.m.CDI+0,40 a.m. a CDI+3,50% a.m.	0,50% a.m. a 8,20% a.m.CDI+0,40% a.m. a CDI+3,50% a.m.
Crédito Rural - Repasses	2,50% a.a. a 10,50% a.a.	2,50% a.a. a 10,50% a.a.
Renegociação	0,99% a.m. a 4,00% a.m.	0,99% a.m. a 4,00% a.m.
Aplicação Financeira - RDC Longo CDI	CDI + 0,24% a.m.	CDI + 0,24% a.m.
	CDI+3,00% a.m.	CDI+3,00% a.m.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019

CPR (física, financeira, cobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,57%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,70%
Crédito Rural (modalidades)	0,01%
Aplicações Financeiras	0,08%

o) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	124
Crédito Rural	178
Empréstimo	911
Financiamento	26

e) No Exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários	31/12/2019
Honorários e Cédula de Presença	1.107
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Priv.	52

23. Outras ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	392	130
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	110	-
Reversão de Provisão para Contingências	21	13
Rendas Juros Cartão de Crédito	1.545	1.250
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	210	159
Crédito Receita		

Notas Explicativas (em 31/12/2019 e de 2018 - em milhares de R\$)

de risco de mercado;
e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e da manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	94.085	78.498
Margem de Compatibilização	65.546	52.407
Índice da Basileia	39,56%	36,10%
Margem de Imobilização	44.911	37.650

31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	1.062	1.062	1.041	1.041
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	10	-	-
Outros	10	8	29	8
TOTAL	1.072	1.080	1.070	1.049

(a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SUL - LITORÂNEO**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 75 mil.

ALFREDO CHAVES-ES, 27 de janeiro de 2020

Fabricio Soares Damasceno
Diretor Executivo
CPF: 813.168.287-00

Luzia Ignez Gallina
Diretora Operacional
CPF: 009.745.227-08

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Sul-Litorânea do Espírito Santo – SICOOB SUL LITORÂNEO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB SUL LITORÂNEO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, o fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de uma cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em con-

Relatório de Auditoria

junto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir o relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 05 de fevereiro de 2020.



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG - 69.261/0
CNAI 1.953

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da Cooperativa de Crédito Sul Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul Litorâneo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 05 de fevereiro de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Alfredo Chaves/ES, 06 de março de 2020.

Wézeron Rangel Rossi	Renato Rosetti Conde	Laiza Volponi P. Passamani
Coordenador do Conselho	Secretário do Conselho	Conselheiro Fiscal

COOPERAÇÃO
é fazer parte de um grupo
que cresce junto.

Somos feitos de
VALORES

#FeitosDeValores

